



PCMG investiga fraudes em redes clandestinas de energia elétrica

Na manhã desta sexta-feira (6/12), a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) deflagrou a operação Padrão, nos municípios de Espinosa e Mamonas, região Norte do estado, com o objetivo de apurar fraudes decorrentes de instalações de redes clandestinas de energia elétrica. Durante a ação, os policiais cumpriram dois mandados de busca e apreensão e realizou a quebra de sigilos fiscais e bancários de cinco investigados.

A investigação da Polícia Civil revelou a existência de um suposto esquema de instalação de redes clandestinas e de distribuição de energia elétrica irregular, nas cidades alvo da ação, por empresa vinculada a um vereador do município de Espinosa.

As apurações também apontaram indícios de desvio de recursos provenientes de contratos públicos, recebimento de valores pagos por moradores para a instalação de padrões de energia clandestinas e venda de medidores com práticas fraudulentas, sob a promessa do fornecimento de energia gratuita, sem autorização da Cemig.

Apreensões

Durante o cumprimento dos mandados, os policiais apreenderam documentos que comprovam a relação da empresa contratada pela Prefeitura de Espinosa com o vereador investigado e demais envolvidos, equipamentos elétricos, celulares, computadores, tablets, talões de cheques, ordens de serviço do município, dentre outros objetos.

Todo material arrecadado será submetido à análise dos policiais para fundamentar a segunda fase da operação.

Esquema criminoso

Conforme explicou o delegado Eujécio Coutrim, responsável pela investigação, os envolvidos agiam sem obedecer às devidas prescrições normativas e embasamento de projetos técnicos, utilizando ainda materiais de procedência duvidosa ou subtraídos para realizar instalações clandestinas.

“Entre as vítimas, estão proprietários de imóveis e pessoas que tiveram documentos utilizados sem o consentimento”, explicou o delegado, acrescentando que os suspeitos também são investigados por falsificar documentos e assinaturas de moradores.

De acordo com Eujécio, a prática investigada é considerada potencial causadora de acidentes elétricos nos domicílios em que essas redes são instaladas, resultando em um serviço de baixa qualidade, com interrupções constantes. Isso acarreta em prejuízos econômicos e sociais significativos, além de dificultar o acesso legal à energia por parte da população.

“O prejuízo se estende às pessoas que fazem uso do fornecimento clandestino, tendo em vista que, além de poderem responder criminalmente, são ludibriadas pelos envolvidos”, alertou Eujécio.

Segundo informou o delegado, a Cemig irá interromper o funcionamento de quatro redes clandestinas montadas pelo investigado, sendo duas na cidade de Espinosa e outras duas em Mamonas.